



Nesta Edição

- OPERAÇÃO ANTÁRTICA XIII
- XXIII REUNIÃO DO COMITÊ CIENTÍFICO DE PESQUISAS ANTÁRTICAS
- REVIZEE

A CIRM comemorou no dia 12 de setembro, o vigésimo aniversário de criação.

Com a finalidade de assessorar o Presidente da República na política do uso do mar, ensajou a formulação da Política Nacional para os Recursos do Mar, cujas diretrizes gerais encerram as linhas básicas que devem nortear os esforços brasileiros nas áreas de ensino, pesquisa, exploração e exploração racional desses recursos.

Colegiado sob a coordenação do Ministro da Marinha, hoje se constitui de representantes de nove ministérios: Marinha; Relações Exteriores; Transportes; Educação e Desporto; Indústria, Comércio e Turismo; Minas e Energia, Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente e da Amazônia Legal e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Subordinada diretamente ao Ministro da Marinha, foi instituída em 1979, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), incumbindo-se de executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administra-

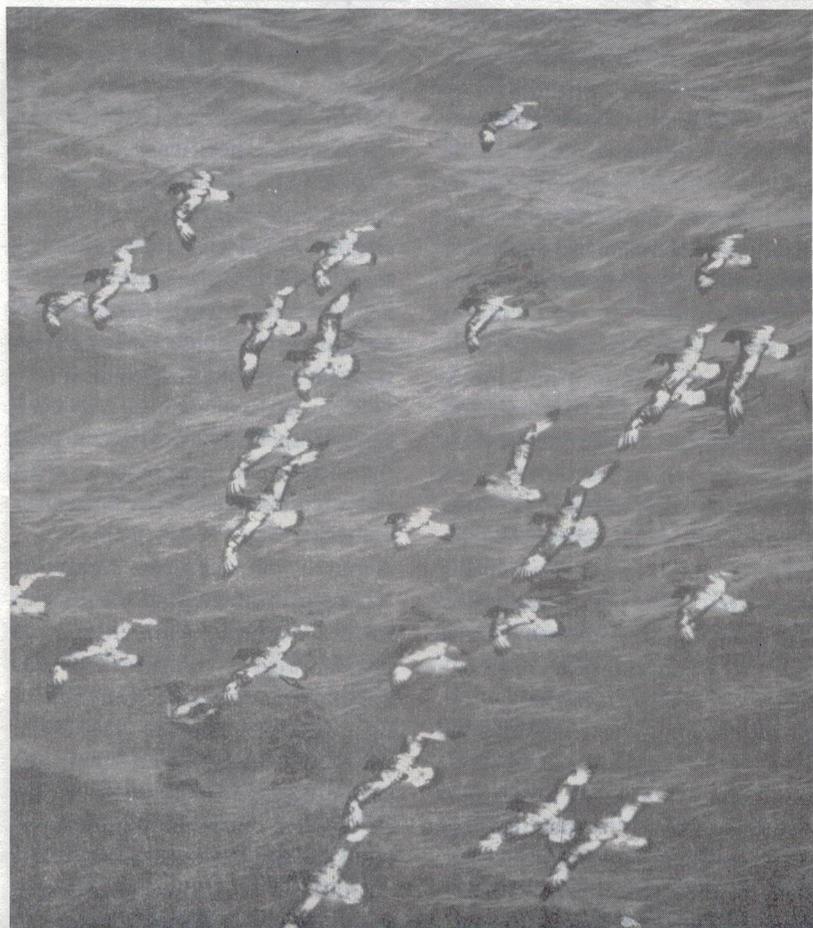
tivos da Comissão.

A primeira das Subsecretarias da SECIRM surgiu da necessidade de estabelecerem-se as bases para a revisão da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), tarefa que veio a cumprir-se em 1980. O primeiro Plano Setorial para os Recursos do Mar, aplicando tal política, surgiu em seguida, estabelecendo critérios, programas e subprogramas, projetos e subprojetos, para desenvolvimento da pesquisa, exploração e exploração dos recursos marinhos no País.

Com vistas a uma efetiva participação do Brasil na Antártica, criou-

se o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), e com ele sua segunda Subsecretaria, para coordenar a implementação do Programa e todas as demais atividades brasileiras no continente austral.

Uma terceira Subsecretaria, a de Utilização do Mar Planetário, corresponde ao preparo do Brasil para adotar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, com vistas à participação nacional nos benefícios da exploração dos fundos marinhos, tendo como objetivos básicos a implementação do Plano de Levantamento da Plataforma Continental, para definição de nossa fronteira marítima.



Operação Antártica X - Uma Experiência Vivenciada

Publicado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), "Operação Antártica X - Uma Experiência Vivenciada", escrito pelo Prof. Luiz Alexandre Schuch, é o resultado da sua permanência na Estação Comandante Ferraz, no período de dezembro de 1991 a janeiro de 1992, onde participou das atividades ligadas ao sub-programa "Investigação Geomagnética na Antártica, sob a responsabilidade do INPE.

Físico formado pela UFSM, no Rio Grande do Sul, ele relata sua experiência como integrante da missão científica, abordando entre outros aspectos, o preparo para a participação na operação, meio ambiente e a convivência dos pesquisadores na Antártica.

Trecho

"Quanto ao tratamento de lixo, não é permitido o lançamento ao solo de quaisquer materiais estranhos ao ambiente antártico. O lixo deverá ser separado de acordo com a sua natureza e colocado em depósitos apropriados. O lixo orgânico, papéis e pedaços de madeira deverão ser incinerados em condições atmosféricas favoráveis, de modo a não interferir nas pesquisas que estão sendo realizadas em locais próximos. As cinzas restantes e os demais tipos de lixo são retirados da Antártica pelo NAPoc Barão de Teffé. As latas e metais dóceis são compactados e embalados em sacos plásticos resistentes; vidros e garrafas são moídos e colocados em caixas apropriadas.

Quando não houver cobertura de neve, serão realizadas "Operações Pente Fino", com o objetivo de coletar todos os detritos estranhos ao meio ambiente antártico que se encontram nas imediações da EACF. Existem normas específicas que regulam os procedimentos a serem cumpridos, relacionados com o sistema de

esgoto sanitário e águas servidas, em termos de uso e limpeza, com vistas à sua manutenção e ao bom estado de funcionamento. A caixa de gordura deve ser limpa mensalmente no verão e trimestralmente no inverno; o material retirado e peneirado e a borra gordurosa incinerada ou adequadamente acondicionada para ser, posteriormente, retirada da Antártica.

As fossas sépticas deverão ser inspecionadas quanto à quantidade de dejetos orgânicos existentes, de modo que a limpeza seja realizada antes de serem atingidos os seus limites de saturação. Os dejetos deverão ser colocados em sacos plásticos resistentes e transportados em botes pneumáticos, e o seu conteúdo, lançado no meio da Enseada Martel. Todas as atividades realizadas na EACF deverão ser comunicadas à SECIRM, com mensagens específicas, ...

Existem normas específicas de controle de combustíveis e lubrificantes, bem como procedimentos e medidas preventivas e corretivas referentes a vazamentos. Foram analisados os possíveis tipos de vazamento de combustíveis, as possíveis causas, as consequências mais adversas, a probabilidade de ocorrência, além das medidas corretivas e/ou preventivas.

A partir da Operação Antártica XI, será implementado um Grupo de Avaliação Ambiental, que possibilitará o cumprimento dos parâmetros previstos no "Protocolo do Tratado da Antártica sobre a Proteção ao Meio Ambiente", conhecido como Protocolo de Madri, um documento elaborado pelas partes consultivas do Tratado da Antártica, para regulamentar e controlar todas as atividades humanas na Antártica. O Grupo de Avaliação Ambiental acompanhará e avaliará as

atividades antárticas que deverão ser planejadas e realizadas, de modo a evitar ou minimizar os efeitos prejudiciais sobre as características climáticas e meteorológicas; os efeitos prejudiciais significativos na qualidade da água e do ar; as mudanças significativas no meio ambiente atmosférico, terrestre (incluindo o aquático), glacial e marinho; as mudanças prejudiciais na distribuição, quantidade ou produtividade das espécies ou populações de espécies da fauna e flora; os perigos adicionais para as espécies ameaçadas ou em perigo de extinção; e a degradação e o risco substancial de degradação de áreas de importância biológica, científica, histórica, estética ou de vida silvestre. Prioridade será dada à preservação do ecossistema e à pesquisa científica, incluindo as pesquisas essenciais para a compreensão do meio ambiente global. Relacionado diretamente à proteção do meio ambiente antártico, existem na EACF normas específicas para prevenção e combate à incêndios, bem como a definição de responsabilidades e organização dos membros da estação para a condução das atividades relativas ao assunto..."



Trinta-réis Antártico em pleno vôo

Operação Antártica XIII

No dia 03 de novembro p.p. partiu do porto do Rio de Janeiro, o NApOc "Ary Rongel", para sua primeira viagem à Antártica. Após escala em Rio Grande para recebimento de carga, vestimentas e equipamentos especiais, chegou à EACF no dia 19 de novembro, transportando além dos oito componentes do grupo base de verão, quatorze pesquisadores das áreas de oceanografia e meteorologia. No decorrer da Operação estão previstas, duas escalas em Punta

Arenas e Ushuaia, retornando ao Rio de Janeiro no dia 05 de abril de 1995, quando se encerra a fase de verão da Operação Antártica XIII.

Estão previstos vinte projetos de pesquisa com atividades na EACF, acampamentos e refúgios, envolvendo oitenta pesquisadores.

Participam, também, uma equipe de jornalistas e outra de cinegrafistas.

XXIII Reunião do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas (SCAR)

Realizou-se em Roma, no período de 29 de agosto a 9 de setembro p.p., a XXIII Reunião do Comitê Científico de Pesquisa Antártica, com a presença de delegações de 28 países.

A CIRM se fez representar por delegação do Ministério da Ciência e Tecnologia no SCAR e pelo Secretário da CIRM no CoMNAP e SCALOP.

Na primeira semana, processaram-se as reuniões dos Grupos de Trabalho de Biologia; Geodésia e Informação Geográfica; Geofísica da Terra Sólida; Física e Química da Atmosfera; Pesquisa Solar, Terrestre e Astrofísica; Geologia; Biologia Humana e Medicina; dos Gerentes Nacionais de Programas Antárticos - MNAP e do Comitê Permanente de Operações e Logística da Antártica - SCALOP. Destacaram-se os seguintes temas na reunião do CoMNAP:

- Cooperação internacional em ciências, logística e operações;
- Monitoramento Ambiental;
- Gerenciamento de dados Antárticos;

- Relações com as Reuniões Consultivas do Tratado;
- Problemas do Turismo na Antártica;
- Coordenação com Organização Mundial de Meteorologia;
- Derramamento de Óleo, prevenção e resposta.

Na mesma ocasião, foi realizado o VI Simpósio de Logística e Operações Antárticas, com apresentações sobre:

- Critérios para Seleção de Pessoal;
- Energia Alternativa;
- Operação em pista de pouso no gelo; e
- Segurança aérea.

Na ocasião, também foi dada a conhecer pela delegação russa, a descoberta do Lago Vostok, situado no Platô Central Antártico, sob o gelo, com profundidades de até 500 metros, sendo sua superfície maior que o Lago Genève.

Na segunda semana, ocorreu a reunião do Delegados Nacionais.

Reunião do Grupo de Assessoramento d PROANTAR

Nos dias 11 e 12 de agosto último, ocorreu a reunião do GA, nas dependências do CNPq, tendo sido analisadas as propostas de projeto para 1994. Na reunião foram selecionadas as propostas de projeto para serem financiados e participarem da Operação Antártica XIII.

Novos Representantes na CIRM

Foram indicados pelos respectivos Ministros de Estado para Representantes na CIRM, o Dr. Haroldo Mattos de Lemos para representar o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e o Professor Antonio José Barbosa como representante do Ministério da Educação e do Desporto.

Ministro do Meio Ambiente Visita a SECIRM

O Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, participou no dia 02 de agosto p.p. da 122ª Sessão Ordinária da CIRM.

Para exposição do estágio atual do Plano de Gerenciamento Costeiro, passou a palavra à Dra. Oneida Freire, Coordenadora do Programa, que fez uma exposição sobre o Plano, onde citou pontos relevantes dos antecedentes históricos. Abordou o Gerenciamento Costeiro como instrumento da questão ambiental e falou dos resultados alcançados e fontes de recursos para o Programa.

PROGRAMA REVIZEE

O Programa "Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE", resulta de um detalhamento da meta principal a ser alcançada dentro dos objetivos definidos pelo IV PSRM e reflete a preocupação do Governo Brasileiro relativamente às responsabilidades assumidas pelo Brasil quando da ratificação à Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar, estando previstas atividades para o período de 1994 a 1998.

Foi concebido com base em programa similar, elaborado em 1990, no âmbito da CIRM.

De concepção eminentemente gerencial, possui caráter balizador no tocante às pesquisas a serem priorizadas pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, quando da apresentação de propostas regionais específicas.

Formatado em feição preliminar, foi submetido à apreciação da comunidade científica que apresentou contribuições para seu enriquecimento.

I- ANTECEDENTES

O Brasil ao ratificar em 1988 a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assumiu uma série de direitos e deveres frente à comunidade nacional e internacional.

Dentre tais compromissos, destacamos aqueles relacionados à exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva - ZEE.

Neste particular, foram estabelecidas na Convenção (Art. 61):

1- o Estado costeiro fixará as capturas permissíveis dos recursos vivos na ZEE;

2- o Estado costeiro tendo em conta os melhores dados científicos de

que dispõe, assegurará, por meio de medidas apropriadas de gestão e conservação, que a preservação dos recursos vivos na ZEE não seja ameaçada por um excesso de captura;

3- tais medidas devem ter também a finalidade de preservar ou restabelecer as populações de espécies capturadas em níveis que possam produzir o máximo rendimento sustentado, determinado a partir de fatores ecológicos e econômicos pertinentes.

Concretizando a decisão de implementar as deliberações estabelecidas pela Convenção, o Brasil, em 04 de janeiro de 1993, através da Lei 8.617, normatizou as diretrizes básicas para ocupação da ZEE (capítulo III - Art. 6º a 8º), assim descritas:

Art 6º - A Zona Econômica Exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das 12 às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Art 7º - Na Zona Econômica Exclusiva, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos.

Art. 8º - Na Zona Econômica Exclusiva, o Brasil, no exercício de sua jurisdição, tem o direito exclusivo de regulamentar a investigação científica marinha, a proteção e preservação do meio marinho, bem como a construção, operação e uso de todos os tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas.

Parágrafo Único - A investigação científica marinha na Zona Econômica Exclusiva só poderá ser conduzida por outros Estados com o consentimento prévio do Governo brasileiro, nos termos da legislação em vigor que regula a

matéria.

É relevante considerar a posição estratégica desfrutada por aqueles países que possuem potenciais de alimento, na atual e futura conjuntura internacional, ainda mais quando se trata de proteína animal.

O conhecimento disponível sobre o mar brasileiro, na faixa de até 200 metros de profundidade (cerca de 60-100 milhas), indica que é composto de biotas tropicais e subtropicais que se caracterizam por apresentar alta diversidade de espécies, formando no entanto, estoques não muito densos. Entretanto, no global e em função de suas dimensões, é inquestionável o potencial de recursos pesqueiros de sua área que vai até as 200 milhas e que necessita ser adequadamente conhecido e mensurado.

Assim, o Mar Brasileiro representa uma importante fonte geradora de alimento, emprego e de divisas para a nação, que só poderá ser adequadamente incrementada, se fundamentada em resultados técnicos e científicos. Para tanto, há necessidade de se buscar um esforço coletivo de toda a sociedade brasileira, devido à vasta extensão da ZEE (cerca de 3.000.000 Km²), à relativa limitação de recursos humanos qualificados, à insuficiência de meios flutuantes e à escassez de recursos financeiros. Portanto, o êxito na consecução deste programa dependerá definitivamente de sua definição como política de governo e respectiva alocação de recursos humanos e financeiros.

É importante salientar que o presente programa representa um primeiro e indispensável passo visando à incorporação do uso dos recursos vivos na ZEE pela sociedade brasileira. Isto significa que nesse processo haverá desdobramentos relacionados ao monitoramento de futuras pescarias, de forma a viabilizar sua adequada administração e na perspectiva do uso sustentável de tais recursos.

II - OBJETIVOS

Proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na ZEE, visando atingir as seguintes metas:

- Inventariar os recursos vivos na ZEE e as características ambientais de sua ocorrência;
- Determinar suas biomassas; e
- Estabelecer os potenciais de captura.

III- METODOLOGIA DE TRABALHO

A avaliação dos potenciais de captura sustentáveis dentro da ZEE requer que sejam conhecidas as espécies que ocorrem nas áreas, a sua distribuição espacial e temporal, a sua biomassa e a sua vulnerabilidade às artes de pesca. Também é necessário a descrição dos aspectos bióticos e abióticos de seus "habitats", os níveis de produção primária e, se possível, suas respostas às variações oceanográficas, bem como a qualidade das águas, observando as particularidades/especificidades de cada área pesquisada.

Como primeiro passo, é importante a elaboração de uma síntese de todas as informações já existentes, com a recuperação de dados históricos, bem como a revisão bibliográfica de relatórios e trabalhos científicos (nacionais e estrangeiros).

Paralelamente à prospecção pesqueira, serão também realizadas pesquisas nas áreas de oceanografia física, química, biológica, geológica e, ainda, deverá ser objeto de atenção o emprego do sensoriamento remoto capaz de fornecer informações sobre temperatura e produtividade primária comparadas às observações "in situ".

As metodologias padronizadas, para cada segmento do presente Programa, serão oportunamente detalhadas pela comunidade científica, que deverá levar em conta as especificidades de cada região.

A avaliação de todos os resulta-

dos, de forma integrada e interdisciplinar, deverá permitir a obtenção das seguintes informações: condições meteorológicas oceânicas; indispensáveis para a previsão do tempo; distribuição das propriedades físicas e químicas da água; análise de massas de água; processos de mistura e circulação e sua interação com a biota; qualidade das águas; natureza e topografia do fundo; composição textual e química do substrato e sua interação com a biota; componentes da flora e da fauna; valores de "standing-stock" das espécies dominantes, suas variações e dinâmica relacionadas aos fatores ambientais; associações e assembléias, abundância absoluta dos recursos vivos mais significativos e estimativa da captura máxima sustentável e, ainda, efeitos de poluentes sobre a biota.

IV - COORDENAÇÃO

O êxito na consecução dos objetivos propostos pelo Programa dependerá do decisivo engajamento da comunidade científica, bem como de uma efetiva coordenação por parte dos órgãos envolvidos que, necessariamente, terão que desempenhar suas funções específicas em tempo hábil para que as pesquisas não venham a sofrer qualquer solução de continuidade. Neste contexto, caberá à (ao):

1- CIRM supervisionar as atividades desse Programa, através da Subcomissão para o Plano Setorial para os Recursos do Mar. Por seu turno, esta contará com um comitê executivo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, que acompanhará e viabilizará a execução do Programa.

2- Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, nos termos já estabelecidos pela CIRM, coordenar os assuntos relativos à consecução deste Programa, inclusive o de propor as prioridades para os projetos que o integram.

Assim, o planejamento de todas as

atividades relacionadas com a pesquisa sobre os recursos vivos do mar, nos diversos organismos envolvidos, deverá guardar conformidade com as diretrizes desse Programa, que se constitui em um desdobramento do IV PSRM, válido para o período 1994-1998.

V - RESULTADOS ESPERADOS

O Brasil deverá estar preparado para atender ao disposto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Em vistas disso, espera-se que ao término desse Programa obtenham-se os seguintes resultados:

- Determinação das biomassas e potenciais de captura dos recursos pesqueiros demersais (peixes, crustáceos e moluscos), em toda a sua ZEE;

- Determinação das biomassas e potenciais de captura de recursos pelágicos pequenos e grandes (sardinha, anchoíta, atuns e afins, tubarões, lulas e outros), em toda a sua ZEE;

- Determinação das variações das condições ambientais na ZEE, que provocam oscilações espaciais e sazonais na distribuição dos recursos pesqueiros;

- Proporcionar ao setor pesqueiro as oportunidades para a diversificação e melhor aproveitamento do parque industrial instalado, favorecendo a recuperação de estoques tradicionais e intensamente explorados;

- Proporcionar as oportunidades para a formação de uma frota pesqueira oceânica destinada ao aproveitamento dos recursos pesqueiros da ZEE;

- Incremento da capacidade de pesquisa para a realização da avaliação do potencial da ZEE, com a incorporação de novos meios flutuantes, instrumental científico e pessoal qualificado em nível nacional; e

- geração de informações e dados estatísticos para avaliação dos recursos pesqueiros explorados e análises setoriais diversas.

Seminários de Avaliação dos Planos e Programas Afetos à CIRM

A SECIRM promoveu no período de 13 a 22 de setembro, com apoio dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e Amazônia Legal, quatro seminários destinados a avaliar os Programas e Planos Nacionais de responsabilidade da CIRM. Assim, cerca de 80 cientistas e personalidades ligadas aos assuntos considerados, discutiram e produziram relatórios sobre o PROANTAR, GERCO, PSRM e LEPLAC.



Seminário de Avaliação do Plano Setorial para os Recursos do Mar, realizado na SECIRM.

Comemoração do 20º Aniversário da CIRM

Como parte das comemorações do vigésimo aniversário da CIRM, além dos seminários já mencionados, a SECIRM coordenou um programa de eventos, que se iniciou no mês de agosto e se estendeu até o início de novembro. Dentre as atividades programadas destacaram-se:

- de 22/08 a 02/09 foi realizada no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, uma exposição sobre o tema "A Missão Científica Brasileira na Antártica";

- em 31/08 foi conduzido no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, um ciclo de palestras, enfocando a "Operacionalização do Programa Antártico Brasileiro". As palestras foram proferidas por representantes da SECIRM, do CNPq e da Comunidade Científica. A

Sessão de abertura, presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Inocêncio de Oliveira, contou com as presenças do Ministro de Ciência e Tecnologia Israel Vargas, e do Ministro Coordenador da CIRM, Almirante-de-Esquadra Ivan da Silveira Serpa;

- de 05 a 10/09 esteve aberta ao público, no Park Shopping, mostra fotográfica e exposição sobre o tema Antártica, destacando aspectos da presença brasileira naquele Continente;

- de 10 a 14/10 foi montado no Colégio Naval, Angra dos Reis, RJ, uma exposição sobre o Programa Antártico Brasileiro;

- de 28/10 a 06/11 a SECIRM participou com mostra fotográfica sobre as atividades brasileiras na Antártica, na XIII Feira do Livro e I Feira Internacional da Cultura, realizadas no Pavilhão de Feiras e Exposições de Brasília.

Aprovado o IV Plano Setorial para os Recursos do Mar

Pelo Decreto nº 1203 de 28 de julho de 1994, o Presidente da República aprovou o IV Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). Este documento visa fundamentalmente promover a exploração racional dos oceanos, que apresentem interesse para o desenvolvimento econômico e social do país, tendo como meta principal a ser atingida, o levantamento dos potenciais sustentáveis dos recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Estrutura Organizacional do Comitê Executivo para o Programa REVIZEE

Na 122ª Sessão Ordinária da CIRM, realizada em 02 de agosto p.p., a CIRM aprovou a estrutura organizacional do Comitê Executivo do Programa "Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE".

O Comitê será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e contará com representantes dos Ministérios da Marinha; Educação e do Desporto; Ciência e Tecnologia; IBAMA e Secretaria da CIRM.

Caberá ao Comitê elaborar o detalhamento, acompanhar e viabilizar a execução do Programa.

Convênio REVIZEE

O Ministério da Marinha, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e a Petrobrás, celebraram em julho, convênio de cooperação técnica financeira.

O presente convênio tem por objeto a implantação de um programa de mútua cooperação, no sentido de prover o necessário apoio de combustível às embarcações que integraram o Programa REVIZEE, que visa o levantamen-

to dos recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva, no contexto do Plano Setorial para os Recursos do Mar.

25ª Reunião do PGGM

Esta reunião teve como objetivo tratar da:

- Avaliação do desenvolvimento da geologia e geofísica marinha nas universidades durante os 25 anos do PGGM;

- Meios flutuantes e equipamentos; - Avaliar a participação em programas governamentais e internacionais, tais como GERCO, REVIZEE, OSNLR, COMEMIR, CZAR, GOOS, entre outros;

- Estabelecer metas de pesquisas.

O PGGM, hoje composto por representantes de quatorze universidades brasileiras reúne-se anualmente. Durante o evento são feitas apresentações formais de trabalhos científicos de cada um dos membros. Os resultados dos projetos especiais com contribuições de todos os membros são apresentados pelos coordenadores de projetos. São também apresentados em forma de painéis, os trabalhos em desenvolvimento pelas instituições. Além do aspecto científico, é feita uma avaliação do desenvolvimento da oceanografia geológica e geofísica marinha e traçadas metas para os anos futuros.

Linhas de Base Retas

No dia 21 de outubro de 1994, o Presidente da República aprovou o Decreto nº 1.290, que estabelece os pontos apropriados para o traçado das Linhas de Base Retas ao longo da costa brasileira.

O seu estabelecimento possibilitará definir com precisão os limites marítimos brasileiros no que diz respeito ao seu mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva, que serão representados nas cartas náuticas.

As mesmas linhas de base serão origem para a contagem das distâncias que servirão para fixar a plataforma continental jurídica do Brasil.

Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar

Ratificada pelo Brasil em 22 de dezembro de 1988, entrou em vigor no dia 16 de novembro de 1994, a Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

O Brasil, por meio de suas diversas delegações, participou, ativamente, das complexas negociações que caracterizaram a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Seus trabalhos, desenvolvidos ao longo de nove anos, resultaram no maior empreendimento normativo da história das relações internacionais.

DESEJO RECEBER GRATUITAMENTE O INFORMATIVO DA CIRM

SOLICITO MUDAR MEU ENDEREÇO PARA:

NOME:
CARGO OU FUNÇÃO:
INSTITUIÇÃO:
ENDEREÇO:

CIDADE: UF: CEP:

ENVIE PARA:

Secretaria da CIRM, Ministério da Marinha Esplanada dos Ministérios - 70055-90 - Brasília - DF

EXPEDIENTE

Informativo CIRM
Publicação Quadrimestral da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)
CORRESPONDÊNCIA
Secretaria da CIRM
Ministério da Marinha
Esplanada dos Ministérios
70055-900 - Brasília - DF
As opiniões constantes dos textos reproduzidos são de exclusiva responsabilidade de seus autores

Atividades da SECIRM

A Secretaria da CIRM participou, no semestre julho/dezembro, dos seguintes eventos:

11 e 12/07 - Reunião de Avaliação do Programa Antártico Brasileiro - INPE - S. José dos Campos - SP.

13/07 - Visita ao Instituto de Geociências da Universidade do Estado de São Paulo - USP - S. Paulo.

14/07 - Palestra no Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos - IBAE - S. Paulo.

25 a 29/07 - 6º Vôo de Apoio à Operação Antártica XII.

01 a 26/08 - XIII Sessão da Comissão Preparatória para Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional para os Direitos do Mar e da III Sessão Substantiva da Conferência das Nações Unidas sobre Espécies Altamente Migratórias e Transzonais.

05/08 - Lançamento ao mar do navio de pesquisa Alte. Paulo Moreira - Itajaí - SC.

18/08 - Visita a Diretoria de Hidrografia e Navegação - RJ.

12/09 - 43ª Reunião do Comitê Executivo para o LEPLAC - Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN - RJ.

29/08 a 06/09 - XIII Reunião do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas - Roma - Itália.

28/09 - Palestra sobre o Levantamento da Plataforma Continental, na Faculdade Cândido Mendes - RJ.

16 a 18/10 - 25ª Reunião do Programa Plurianual de Geologia e Geofísica Marinha - São Luiz - MA.

25/10 - Palestra no 38º Congresso Brasileiro de Geologia - Camboriú - SC.

31/10 a 04/11 - Workshop sobre Gerenciamento Costeiro, Montevideo, Uruguai.

03/11 - Reunião sobre o GOOS (Global Ocean Observation System) - RJ.

03/11 - Apresentação de despedidas ao NApOc "Ary Rongel" por ocasião de sua 1ª viagem à Antártica.

07 a 11/11 - Reunião para Discussão de Padrões Mínimos Metodológicos das Pesquisas do Programa REVIZEE - Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Sudeste/Sul - Itajaí - SC.

07/11 - 44ª Reunião do Comitê Executivo para o LEPLAC - Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN - RJ.

09 a 19/11 - 7º Vôo de Apoio à Operação Antártica XII.

18/11 - Reunião no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, sobre a Aplicação do Saldo Orçamentário dos Recursos do LEPLAC.

01 a 04/12 - Seminário sobre "As Ações do Governo Brasileiro no Mar" - São Sebastião - SP.

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Secretaria da CIRM
Ministério da Marinha - 4º andar
70.055-900 - Brasília - DF

de 28/10 a 06/11, a SECIRM participou com mostra fotográfica sobre as atividades brasileiras na Antártica, na XIII Feira do Livro e 1ª Feira Internacional da Cultura, realizadas no Pavilhão